



**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER Nº 023/2025**

**PROJETO DE LEI Nº 012/2025**

**Assunto: Projeto de Lei nº 012/2025, que “Dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2026-2029 e dá outras providências.**

O Vereador que ora subscreve, atendendo às suas atribuições regimentais e respondendo pela Relatoria da Comissão Permanente de **Justiça e Redação**, vem, a seguir, emitir o seguinte parecer:

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de **Lei 012/2025, Plano Plurianual - PPA** do Município de Baião-Pa, de iniciativa do nobre Chefe do Poder Executivo Municipal, Excelentíssimo Prefeito Municipal, para ser analisado e votado conforme o Regimento Interno da Câmara Municipal.

A Presidência da Câmara Municipal despachou o projeto para exame das comissões competentes para examinar parecer sobre a matéria, o qual será apresentado ao plenário da Casa, que deliberará da forma que melhor lhe convier.

O Projeto de Lei foi apresentado tempestivamente na Câmara Municipal, cumprindo com as formalidades procedimentais.

**II - DA CONSTITUCIONALIDADE**

**A legislação que tratam das disposições para a elaboração do PPA é a seguinte:**

- **A Constituição Federal Art. 84, XXIII e 165, CF/88).**
- **A Lei de Responsabilidade Fiscal.**
- **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.**
- **Lei Orgânica do Município de Baião, Art.10, inciso III.**
- **Regimento Interno, Art. 16.**

A apreciação do PPA pelo Poder Legislativo envolve a discussão e o aperfeiçoamento de instrumentos que moldam a peça orçamentária aos objetivos e programas para os próximos exercícios, orientando a elaboração da proposta orçamentária e definindo controles para a execução do orçamento.



ESTADO DO PARÁ  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BAIÃO**  
CNPJ nº 34.626.119/0001-96

---

O Regimento Interno da Câmara Municipal em seu **art. 16** enfatiza que:

**Art. 16-** Compete à Comissão de Justiça e Redação manifestar-se sobre todos os assuntos entregues à sua apreciação, quanto ao seu aspecto constitucional, legal ou jurídico e quanto ao seu aspecto gramatical e lógico, quando solicitado o seu parecer por imposição regimental ou por deliberação do Plenário.

Por fim, observamos a existência dos anexos de metas fiscais, tendentes a estabelecer metas anuais a serem cumpridas pelo Município, além dos programas, cabendo ao Poder Legislativo diretamente fiscalizar o cumprimento das normas elencadas.

### **III - DA CONCLUSÃO**

A proposição em questão atende as prescrições legais, tanto regimentais, como também as previstas contidas na Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno da Câmara Municipal de Baião e na Constituição Federal.

Este Parecer, foi elaborado no dia 28/11/2025.

**Nada a opor, votando favorável ao Projeto de Lei.**

**Salvo melhor entendimento, é o Parecer!**

Baião – PA, 28 de Novembro de 2025.

---

**NAZARENO DA SILVA E SOUZA**

Vereador - Presidente da Comissão

---

**DANILO CUNHA DE ANDRADE**

Vereador – Relator

---

**IEDA MARIA DOS SANTOS LOPES**



ESTADO DO PARÁ  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BAIÃO**  
CNPJ nº 34.626.119/0001-96

---

Vereador – Membro